

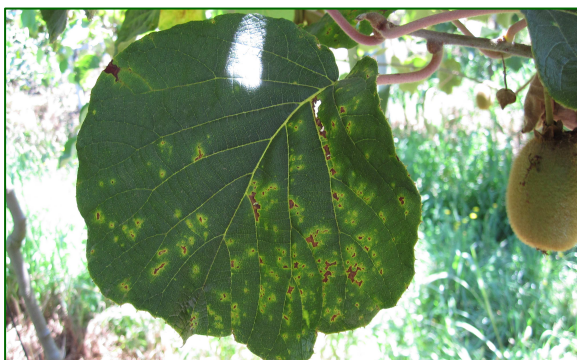


GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



Plano de Ação Nacional para o Controlo da *Pseudomonas syringae* pv. *actinidiae* do Kiwi (PSA)



Maio de 2013

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	4
3. SINTOMAS E EPIDEMIOLOGIA DA DOENÇA	5
4. SITUAÇÃO DA DOENÇA EM PORTUGAL	6
5. ENTIDADES ENVOLVIDAS NA EXECUÇÃO DO PLANO	7
6. CONDIÇÕES RELATIVAS À INTRODUÇÃO E À CIRCULAÇÃO DE POLÉN VIVO E DE MATERIAIS VEGETAIS DESTINADOS À PLANTAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA.....	8
6.1 INTRODUÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA	8
6.2 CIRCULAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA	9
7. CONTROLOS E PROSPECÇÃO	9
7.1 NOTAS GERAIS.....	9
7.2 PRECAUÇÕES FITOSSANITÁRIAS.....	10
7.3 POMARES E PLANTAS DISPERSAS.....	11
7.4 MATERIAIS DE PROPAGAÇÃO.....	13
7.4.1.VIVEIROS, PÉS-MÃE E POMARES PRODUTORES DE PÓLEN LOCALIZADOS EM ÁREAS RECONHECIDAS COMO LIVRES DE PSA	13
7.4.2. VIVEIROS, PÉS-MÃE E POMARES PRODUTORES DE PÓLEN LOCALIZADOS NAS RESTANTES ÁREAS... ..	14
7.5 FORNECEDORES E MERCADOS LOCAIS	17
8. MEDIDAS FITOSSANITÁRIAS	17
8.1 POMARES	17
8.2 MATERIAL DE PROPAGAÇÃO.....	18
8.3 LOCAIS DE RECEÇÃO DE FRUTA.....	19
9. NOTIFICAÇÕES.....	19
10.DESTRUIÇÃO DO MATERIAL VEGETAL.....	20
11. AÇÕES DE FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO.....	21

ANEXO I- FICHA DE PROSPECÇÃO DE PSA DO KIWI

ANEXO II- CONTATOS DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO FITOSSANITÁRIOS REGIONAIS

ANEXO III - MODELO DE NOTIFICAÇÃO

ANEXO IV- QUEIMAS – PROCEDIMENTOS

1. INTRODUÇÃO

A bactéria *Pseudomonas syringae* pv. *actinidiae* (PSA), apesar de não constar dos anexos I e II da Diretiva nº 2000/29/CE, nem das listas A1 e A2 da Organização Europeia e Mediterrânica para a Proteção das Plantas (OEPP), é reconhecida como um organismo nocivo para as plantas de actínídeas. Devido às suas várias estirpes, à sua perigosidade, e à sua presença em vários países do sul da Europa, desde novembro de 2009 que faz parte da lista de alerta da OEPP. Esta doença, vulgarmente denominada por PSA, em relação à qual não são conhecidos, em termos práticos, métodos curativos, tem como hospedeiros as plantas do género *Actinidae*, de que se destacam as espécies *A. deliciosa*, *A. chinensis*, *A. arguta* e *A. kolomita*.

A cultura do kiwi em Portugal é uma das que mais têm vindo a crescer e a expandir-se. Ocupa uma área aproximada de 1500 ha, nas regiões de Entre-Douro e Minho e na região Centro (Beiras), constituindo uma relevante alternativa a outras culturas e uma importante fonte de rendimento e de desenvolvimento regional. O facto da época de produção ser diferenciada da do hemisfério Sul, e da produção nacional ser de boa qualidade, permite a comercialização desta produção, para além do mercado interno, também para países terceiros, representando uma mais-valia para o país.

Na União Europeia, para além de Portugal, a doença encontra-se oficialmente presente em Espanha, França e Itália, onde tem causado, nos últimos anos, grandes prejuízos e tem conduzido, nalguns casos, à morte das plantas e ao dizimar de muitos pomares com graves consequências económicas.

Perante os focos de infeção assinalados em Portugal, importa reforçar todas as ações de combate à PSA, de forma a limitar a introdução e a dispersão da doença e, sempre que possível, erradicar os focos detetados, tendo como fim a proteção da produção nacional de kiwi deste grave problema fitossanitário.

Assim, face à importância da cultura e da perigosidade da doença e dos riscos a ela associados, a DGAV pretende, entre outras ações, implementar o presente Plano Nacional.

Neste contexto, os objetivos deste Plano são, em primeiro lugar, a prospeção, a deteção, o controlo e a eliminação/erradicação da doença e, em complemento e em estreita colaboração com outros serviços e os principais agentes da fileira, a realização de ações de formação, de divulgação e de sensibilização.

Para apoio à implementação deste Plano é constituído um Grupo de Acompanhamento do Plano composto por elementos da DGAV, representantes da DRAP Norte e da DRAP Centro, do INIAV, da Associação Portuguesa de Kiwicultores (APK), da Associação de Viveiristas do Distrito de Coimbra (AVDC), da Frutas Douro ao Minho e da Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Hortofruticultores, FCRL (FENAFRUTAS).

Face ao atual quadro de situação em alguns Estados membros, após discussão e parecer favorável do Comité Fitossanitário Permanente da CE, foi publicada a Decisão de Execução da Comissão n.º 2012/756/UE, de 5 de dezembro, a qual veio estabelecer diversas medidas de emergência destinadas a prevenir a dispersão da bactéria no território comunitário. A adoção pela UE desta Decisão, veio implicar a revisão, e adaptação do Plano de Ação Nacional para o controlo da PSA, aprovado em 2012.

O presente Plano, resultante da revisão do anterior, foi elaborado pela DGAV com os contributos do Grupo de Trabalho também responsável pelo acompanhamento do mesmo.

2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Além do disposto no **Decreto-Lei n.º 154/2005**, e suas alterações, relativo às medidas de proteção fitossanitária destinadas a evitar a introdução e dispersão no território nacional e comunitário, de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais qualquer que seja a sua origem ou proveniência, Decreto-Lei que transpõe a Diretiva n.º 2000/29/CE, do

Conselho, importa para efeitos de aplicação de algumas das medidas mencionadas neste plano de ação, ter ainda em conta os seguintes diplomas:

- **Decreto-Lei n.º 329/2007**, que regula a produção, controlo, certificação e comercialização de materiais de propagação e de plantação de espécies hortícolas, com exceção das sementes, e de materiais de propagação de fruteiras e de fruteiras destinadas à produção de frutos;
- **Decreto-Lei n.º 124/2006**, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.
- **Regulamento (CE) n.º 1107/2009**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro, relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado.
- **Decisão de Execução da Comissão n.º 2012/756/UE**, de 5 de dezembro, relativa a medidas para impedir a introdução e propagação na União de *Pseudomonas syringae* pv. *actinidiae* Takikawa Serizawa, Ichikawa, Tsuyumu & Goto.

3. SINTOMAS E EPIDEMIOLOGIA DA DOENÇA

Os primeiros sintomas da doença causada por *Pseudomonas syringae* pv. *actinidiae* (Psa) aparecem no início da primavera com a evolução da atividade vegetativa do hospedeiro - *Actinidea* spp.. Os sintomas da doença e a sua gravidade dependem da fase do ciclo cultural e das condições de temperatura e de humidade relativa, bem como da estirpe da bactéria. No nosso país, os sintomas mais característicos são constituídos por pequenas manchas acastanhadas nas folhas por vezes circundadas por halos de cor clara. As flores também podem ser afetadas tornando-se necrosadas com consequente aborto floral e perda de produção. Os frutos já vingados podem sofrer deformações e perder parte do seu valor comercial. Nos ramos e no tronco observam-se cancrios de onde pode emergir exsudado bacteriano de cor avermelhada (ferruginoso) que podem evoluir conduzindo à morte dos ramos ou de toda a planta.

No que diz respeito à transmissão, os materiais de propagação vegetativa constituem o maior factor de risco. A disseminação da doença, a longa distância, faz-se especialmente por via dos materiais de propagação infetados, incluindo as plantas obtidas por micropropagação, sendo muito provável que seja essa a causa dos focos verificados em Portugal e na Europa, nos últimos anos.

Foram até à data identificadas 4 populações de Psa. Os estudos disponibilizados até ao presente pela OEPP mostram que em Portugal, tal com em Itália, Espanha, França e Nova Zelândia foi identificada a estirpe (Psa 3), não se sabendo ainda se existirão ainda outras populações. Na Nova Zelândia e na Austrália está também referenciada a presença de uma outra população – Psa4, constituída por estirpes mais agressivas.

Não existe evidência científica da transmissão da doença pelas sementes ou pelos frutos. Porém, no que se refere ao pólen, são admitidos riscos significativos da possibilidade da transmissão da mesma, pelo que a Decisão n.º 2012/756/UE, para além do que diz respeito aos vegetais destinados à plantação, considera várias medidas que abrangem também o pólen vivo.

Outros fatores têm um papel de grande importância no processo de contaminação e dispersão da doença, designadamente a transmissão associada à ação do homem e de outros fatores bióticos e abióticos (utilização de máquinas agrícolas e equipamentos de poda em diferentes pomares, sem se proceder à desinfeção dos mesmos; atividade das abelhas, de outros insetos e de aves; ocorrência de fortes e intensas precipitações e de ventos fortes e as lesões causadas nas plantas pela queda de granizo e pelas geadas).

4. SITUAÇÃO DA DOENÇA EM PORTUGAL

Os primeiros focos de PSA foram detetados em março de 2010, na região de Entre-Douro e Minho (Santa Maria da Feira e Valença). Em 2011 foram detetadas na região Norte do país plantas infetadas provenientes de Itália. Durante esse ano, foram ainda identificados vários novos focos em pomares localizados nos concelhos de Vila do Conde, Marco de Canavezes e Felgueiras, igualmente situados no Norte de Portugal.

Em 2012, para além disso, a presença deste organismo nocivo foi oficialmente assinalada nos concelhos de Amarante, Arouca, Castelo de Paiva, Lousada, Maia e Vila Verde, todos do Norte de Portugal e também confirmada nos concelhos de Oliveira do Bairro e Anadia da região Centro. Os focos detetados foram todos notificados à Comissão Europeia.

Pela DGAV e pelas DRAP, foram entretanto aconselhadas a implementação de algumas medidas de monitorização do material vegetal, que incluíam, além da inspeção visual de pomares e de viveiros, a amostragem, efetuada por inspetores fitossanitários, de lotes de plantas destinadas à plantação, para análise laboratorial, ações que de ora em diante, terão que estar harmonizadas com as medidas previstas na Decisão antes referida, dirigidas designadamente ao pólen vivo e aos vegetais destinados à plantação, no que respeita à sua introdução e circulação na UE e à realização obrigatória de prospeções e das notificações que se justificarem.

5. ENTIDADES ENVOLVIDAS NA EXECUÇÃO DO PLANO

Serão diretamente envolvidas neste Plano de Ação as seguintes entidades:

- Direção -Geral de Alimentação e Veterinária – DGAV (coordenação)
- Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária - INIAV
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte - DRAPN
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro - DRAPC
- Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo - DRAPLVT
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo - DRAPAL
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve - DRALGARVE
- Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural – RA Açores
- Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural – RA Madeira
- Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Hortofruticultores - FENAFRUTAS
- Associação de Viveiristas do Distrito de Coimbra – AVDC
- Associação Portuguesa de Kiwicultores - APK
- Frutas Douro ao Minho, S.A.

Prevê-se ainda a colaboração na execução deste Plano do SEPNA da GNR e da ASAE.

Para além disso, como já referido na Introdução foi criado, em 2012, um Grupo de Acompanhamento do Plano, o qual tem por missão proceder ao regular acompanhamento e avaliação das ações previstas e realizadas no âmbito do presente Plano, bem como propor as alterações e as medidas que considerar oportunas e convenientes. Este grupo reunirá regularmente e será composto por elementos das seguintes entidades: DGAV, DRAPN, DRAPC, INIAV, APK, AVDC, Frutas Douro ao Minho e FENAFRUTAS.

6. CONDIÇÕES RELATIVAS À INTRODUÇÃO E À CIRCULAÇÃO DE PÓLEN VIVO E DE MATERIAIS VEGETAIS DESTINADOS À PLANTAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

6.1 INTRODUÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

O pólen vivo e os materiais vegetais destinados a plantação provenientes de países terceiros, só podem ser introduzidos no espaço europeu se respeitarem para além dos requisitos estabelecidos no Decreto-Lei nº 154/2005 de 6 de setembro com a última redação dada pelo DL nº 243/2009 de 17 de setembro (que transpõe a Directiva nº 2000/29/CE e atualizações) as condições adicionais previstas no articulado e no anexo I da Decisão 2012/756/UE.

A importação deste material está assim condicionada à apresentação do certificado fitossanitário emitido pela autoridade fitossanitária do país exportador a atestar o cumprimento daqueles requisitos e o material será sujeito, à entrada no espaço comunitário, a uma inspeção fitossanitária rigorosa levada a cabo por inspetores fitossanitários credenciados pertencentes aos serviços oficiais de inspeção fitossanitária do estado-membro importador.

6.2 CIRCULAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

Os materiais vegetais originários da UE destinados à plantação e o pólen vivo destinado à polinização só podem circular na União se forem acompanhados de passaporte fitossanitário que ateste o cumprimento do estipulado na Decisão 2012/756/UE.

Todos os produtores de plantas de Kiwi devem requerer, para esta finalidade, o registo fitossanitário junto dos serviços de inspeção fitossanitária da Direção Regional de Agricultura e Pescas a que pertencem, para que estes serviços procedam à necessária verificação do cumprimento das medidas estipuladas na Decisão 2012/756/UE e autorizem a emissão do respetivo passaporte fitossanitário.

Conforme estabelecido na legislação nacional - Decreto-Lei n.º 329/2007 - para além do registo fitossanitário é obrigatório o licenciamento dos fornecedores e produtores de plantas kiwi assim como o cumprimento das normas nacionais estabelecidas para a produção de plantas de kiwi.

7. CONTROLOS E PROSPEÇÃO

7.1 NOTAS GERAIS

A DGAV, enquanto Autoridade Fitossanitária Nacional, coordena o programa de prospeção anual para a *Pseudomonas syringae* pv. *actinidae*, o qual está incluído no programa de prospeção fitossanitário nacional.

O programa de prospeção da PSA deve incidir prioritariamente nas áreas do país que foram provisoriamente reconhecidas como áreas livres da doença¹, nos pomares onde foi detetada a doença em anos anteriores e áreas circundantes, bem como nos viveiros e campos de pés-mãe e respetivas zonas circundantes. Serão ainda implementadas ações de inspeção em unidades de distribuição e comercialização de pólen vivo e de vegetais de

¹ Tendo em conta a distribuição da cultura do kiwi no território nacional e a informação recolhida através da vigilância genérica realizada nas regiões, foi provisoriamente reconhecido como área livre de PSA, todo o território nacional com exceção das regiões do Entre-Douro e Minho e dos seguintes concelhos da Beira Litoral: Albergaria-a-Velha, Águeda, Anadia, Aveiro, Murtosa, Estarreja, Ílhavo, Oliveira do Bairro, Ovar, Vagos, Cantanhede, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho, Figueira da Foz, Soure, Pombal, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra.

kiwi destinados à plantação. Define-se o número e as épocas em que, como regra, as ações de controlo de campo, em pomares, em viveiros, nas instalações de fornecedores e em mercados locais deverão ser realizadas, assim como as observações e o procedimento de colheita de amostras para análise laboratorial que deverão ser efetuadas.

Na execução do programa de prospeção nacional, com exceção das ações relativas aos viveiros e instalações de fornecedores – em que unicamente participarão as várias DRAP – estarão envolvidos, em estreita colaboração com as DRAP, técnicos de organizações de produtores, previamente habilitados pela DGAV.

7.2 PRECAUÇÕES FITOSSANITÁRIAS

No decurso das inspeções aos pomares e viveiros, para a realização de inspeções ou colheita de amostras, os inspetores, técnicos e produtores poderão contribuir de forma involuntária para a disseminação da doença. Deste modo deverão sempre possuir um ‘kit’ constituído por batas e luvas descartáveis, etanol a 70% e/ou gel antibacteriano, jornais e sacos plásticos, marcadores resistentes, tesoura de poda e mala térmica com os respetivos acumuladores para refrigeração do material colhido.

Em cada um destes locais, para observação geral das plantas para identificação dos locais de amostragem, deverão ser utilizadas batas e luvas descartáveis que, após utilização, deverão ser recolhidas para recipientes herméticos, e posteriormente destruídas pelo fogo. A colheita de material deve iniciar-se pelos locais onde as plantas evidenciem menos sintomas. O material de corte deverá ser sempre desinfetado entre plantas.

No caso dos viveiros deverão existir também pedilúvios para desinfecção do calçado, de forma a evitar o transporte de partículas de solo ou resíduos vegetais contaminados aderentes. Em todos os pomares deve ser garantida a desinfecção do calçado, seja pelo produtor, seja pelos inspetores.

Em todos os casos, após a colheita de material, o inspetor deverá desinfetar as mãos e os braços com etanol ou gel antimicrobiano.

7.3 POMARES E PLANTAS DISPERSAS

As inspeções e, se for caso disso, a amostragem de plantas suspeitas, são realizadas pelos inspetores fitossanitários das DRAP que, com exceção das prospeções às áreas circundantes aos viveiros, contarão com a colaboração de técnicos das organizações de produtores que vierem a ser habilitados pela DGAV para apoio a esta atividade.

A prospeção **incidirá** prioritariamente:

- i) nas áreas do país que foram provisoriamente reconhecidas como áreas livres de PSA;
- ii) em pomares e plantas dispersas localizados na área circundante (raio de 4,5 km) de viveiros de plantas de kiwi;
- iii) em pomares e plantas dispersas circundantes aos assinalados nos anos anteriores como contaminados;
- iv) nos pomares recentemente instalados e cujas plantas utilizadas não foram objeto de testagem.

Os inspetores das DRAPs devem ainda visitar os pomares assinalados como contaminados nos anos anteriores para verificação da correta aplicação das medidas de contenção da doença.

Os pomares serão sujeitos a pelo menos **duas inspeções de campo anuais**, a primeira a ser realizada entre o final do inverno e a primavera (fevereiro a maio) e a segunda de junho a outubro.

Todas as plantas que apresentem sintomas suspeitos, assim como todas as que tenham sido sujeitas a amostragem devem ser devidamente **assinaladas e marcadas**.

Para cada inspeção realizada deve ser preenchida a ficha de prospeção incluída no **Anexo I** deste documento. Os técnicos habilitados das organizações de produtores, após cada visita ou inspeção a um pomar, deverão preencher igualmente aquela ficha de prospeção e proceder ao seu envio, por correio eletrónico ou fax, para os serviços de Inspeção

Fitossanitária das respetivas DRAP, cujos contactos constam do **Anexo II** deste documento.

No caso de técnicos habilitados das organizações de produtores detetarem plantas com sintomas, essa informação deve ser comunicada de imediato à DRAP respetiva para aplicação das medidas fitossanitárias consideradas necessárias.

Recomenda-se que os produtores de kiwi ou as suas organizações informem, atempadamente, os serviços das respetivas DRAP, da plantação de novos pomares, para que os mesmos possam ser considerados no programa de controlo e prospeção.

As observações das plantas que constituem o pomar deverão ser casualizadas incidindo sobre, pelo menos, 50% das plantas macho e fêmea. Deverá ainda ser dada particular ênfase às bordaduras.

O procedimento de amostragem a adotar deverá depender da observação ou não de sintomas:

- No caso de **pomares com sintomas**, o material colhido para análise deverá ser representativo do problema, sendo constituído, no mínimo, por 20 segmentos de ramo contendo folhas com cerca de 30 centímetros, ou ainda de outras partes das plantas com sintomas. Caso exista mais de uma planta com sintomas o material deverá ser colhido de plantas afastadas, até 10 plantas macho e 10 plantas fêmea acondicionadas em duas amostras separadamente por sexo.
- No caso de **pomares assintomáticos** cada amostra deve ser constituída por segmentos de ramo com cerca de 30 centímetros colhidos separadamente de plantas macho e fêmea, sendo a amostra composta por 50 a 100 raminhos. As amostras devem ser acondicionadas individualmente por sexo, sendo que um ponto de amostragem, deve corresponder a um pomar com uma área até 1ha, de uma mesma espécie e variedade.

7.4 MATERIAIS DE PROPAGAÇÃO

7.4.1. Viveiros, pés-mãe e pomares produtores de pólen localizados em áreas reconhecidas como livres de PSA

Os locais de produção² de materiais de propagação de kiwi (seja plantas de viveiro, pés-mãe ou pomares produtores de pólen) serão sujeitos a pelo menos duas inspeções oficiais anuais, a primeira a ser realizada entre o final do inverno e a primavera (fevereiro a maio) e a segunda de junho a outubro.

Nº de amostras a colher e procedimentos de colheita:

Viveiros

- Os inspetores deverão proceder à colheita de amostras para análise em todos os casos em que se observem plantas com **sintomas suspeitos**. No caso de plantas sintomáticas, a colheita de amostras deverá ser efetuada conforme referido para pomares, tendo em conta as definições de ponto de prospeção, sexo, variedade e lote.
- Em situações de **ausência** de plantas com **sintomas**, deverão proceder à colheita de, pelo menos, 2 amostras por local de atividade na época de Primavera-Verão. Neste caso, cada amostra deve ser constituída por partes do ramo com cerca de 20 centímetros colhidas em 2% das plantas de um mesmo lote, não excedendo o tamanho do lote de 300 plantas.

Pés-mãe

- Todas as plantas-mãe devem se sujeitas a testes na época de Primavera-Verão. Neste caso, cada amostra deve ser recolhida de quatro plantas-mãe e ser composta por 40 segmentos, com cerca de 20 centímetros de comprimento, retirados de 10 ramos de cada planta.

² Conforme definido na Norma Internacional para Medidas Fitossanitárias nº 10 da FAO

Pomares produtores de pólen:

- Os inspetores deverão proceder à colheita de amostras para análise em todos os casos em que se observem árvores com sintomas suspeitos. No caso de **plantas sintomáticas**, a colheita de amostras deverá ser efetuada conforme referido para pomares, tendo em conta as definições de ponto de prospeção, sexo, variedade.
- No caso de plantas **assintomáticas**, devem ser colhidas duas amostras de plantas hospedeiras por ponto de amostragem (constituído por uma área máxima de 1 ha de uma mesma espécie / variedade) na época de Primavera-Verão. Neste caso, cada uma das duas amostras deve ser constituída por partes dos ramos com cerca de 20 centímetros colhidas em 1% das plantas existentes no ponto de amostragem.

As zonas circundantes a estes locais de produção (num raio de 4,5 km) devem igualmente ser cuidadosamente prospetadas e pelo menos 10% dos pomares sujeitos a colheita de amostras de acordo com os procedimentos referidos no ponto 7.3. (Pomares e Plantas Dispersas).

7.4.2. Viveiros, pés-mãe e pomares produtores de pólen localizados nas restantes áreas

Os locais de produção de materiais de propagação de kiwi (seja plantas de viveiro, pés-mãe ou pomares produtores de pólen) localizados nas restantes áreas bem como as respetivas zonas circundantes (com um raio mínimo de 500 m), deverão ser sujeitos a inspeções oficiais, amostragens e testes, pelo menos duas vezes por ano, a primeira entre o final do inverno e a primavera (fevereiro a maio) e a segunda de junho a outubro.

Nº de amostras a colher e procedimentos de colheita:**Viveiros**

- Os inspetores deverão proceder à colheita de amostras para análise em todos os casos em que se observem plantas com **sintomas suspeitos**. No caso de plantas sintomáticas, a colheita de amostras deverá ser efetuada conforme referido para pomares, tendo em conta as definições de ponto de prospeção, sexo, variedade e lote.
- Em situações de **ausência** de plantas com **sintomas**, deverão ser colhidas duas amostras por lote na época de primavera-verão. Neste caso, cada amostra deve ser constituída por segmentos de ramos com cerca de 20 centímetros colhidos em 2% das plantas de um mesmo lote, não excedendo o tamanho do lote de 300 plantas.

Pés-mãe

- Todas as plantas-mãe devem ser sujeitas a testes individuais na época de primavera-verão. Neste caso, deverão ser recolhidos de cada uma das plantas, segmentos de 10 ramos, ao acaso, com cerca de 20 centímetros de comprimento, para sacos plásticos individualizados.

Pomares produtores de pólen

- No caso de plantas sintomáticas, a colheita de amostras deverá ser efetuada conforme referido para pomares, tendo em conta as definições de ponto de prospeção, sexo, variedade.
- No caso de plantas assintomáticas, devem ser colhidas quatro amostras de plantas hospedeiras por ponto de amostragem (constituído por uma área máxima de 1 ha de uma mesma espécie / variedade). Neste caso, cada uma das quatro amostras deve ser constituída por partes dos ramos com cerca de 20 centímetros colhidas em 0,5% das plantas existentes no ponto de amostragem.

Pomares ou árvores dispersas na zona circundante (com um raio mínimo de 500 m)

- No caso de plantas sintomáticas, a colheita de amostras deverá ser efetuada conforme referido para pomares, tendo em conta as definições de ponto de prospeção, sexo, variedade.
- No caso de plantas assintomáticas, devem ser colhidas quatro amostras de plantas hospedeiras por ponto de amostragem (constituído por uma área máxima de 1 ha de uma mesma espécie / variedade). Neste caso, cada uma das quatro amostras deve ser constituída por segmentos dos ramos com cerca de 20 centímetros colhidas em 0,5% das plantas existentes no ponto de amostragem.

Ainda, as áreas com um raio mínimo de 4 km que circundam os locais de produção e respetivas zonas circundantes deverão ser sujeitas a uma prospeção cuidadosa completa, e as amostragens e testes devem recair em pelo menos 30% dos pomares nas alturas acima indicadas de acordo com os procedimentos referidos no ponto 7.3. (Pomares e Plantas Dispersas).

Os vegetais destinados à plantação devem permanecer no mesmo local de produção durante um ciclo vegetativo completo, antes da sua comercialização.

Por outro lado, as plantas produzidas no viveiro têm de ser diretamente derivadas de plantas-mãe produzidas, durante o respetivo ciclo de vida, em áreas livres de PSA, ou diretamente derivadas de plantas-mãe previamente sujeitas a testes individuais que confirmaram a isenção de PSA. Caso contrário, essas plantas terão que ser testadas para despiste da PSA de acordo com um regime de amostragem capaz de confirmar com 99% de fiabilidade que o nível de presença da PSA nas plantas é inferior a 0,1%.

A colheita das amostras é efetuada pelos serviços oficiais, sendo o seu envio para um laboratório constante da lista disponível no sítio da internet da DGAV e o custo das respetivas análises suportado pelo operador económico.

7.5 FORNECEDORES E MERCADOS LOCAIS

Os inspetores fitossanitários das DRAP devem, de forma aleatória, proceder à verificação da conformidade do passaporte fitossanitário e à inspeção visual das plantas, devendo, para além de outras eventuais ações, proceder sempre à colheita de amostras para realização de análises laboratoriais no caso de detetarem plantas que apresentem sintomas suspeitos. Os custos das análises serão suportados pelos respetivos operadores económicos.

A ausência de licenciamento e ou a falta de cumprimento dos requisitos obrigatórios previstos para a comercialização de plantas de kiwi deverão dar lugar ao levantamento dos respetivos auto de notícia a serem remetidos à ASAE para instrução dos correspondentes processos de contra ordenação.

8. MEDIDAS FITOSSANITÁRIAS

8.1 POMARES

Todas as plantas suspeitas e as que tenham sido amostradas devem ser devidamente assinaladas e marcadas.

No caso de sintomas nítidos (exsudado ferruginoso), as plantas infetadas com sintomas no tronco devem ser arrancadas e destruídas sem necessidade de confirmação laboratorial ou serem sujeitas ao atarraque do tronco, até um metro do ponto abaixo de infeção, desde que não sejam visíveis sintomas de infeção nos feixes, devendo, essas plantas serem objecto de adequado controlo visual quanto à sua evolução sintomatológica.

As plantas com sintomas apenas nos ramos, devem ser podadas, pelo menos 70 cm abaixo do ponto de infeção, ou até não se observarem sintomas de infeção nos feixes.

As plantas com sintomas apenas nas folhas devem ser marcadas e alvo de poda criteriosa após a colheita e todo o pomar sujeito a desinfeção cuidada utilizando os produtos cúpricos autorizados.

Todas as feridas resultantes das podas sanitárias devem ser desinfectadas e seladas com produtos apropriados.

Os pomares onde forem detetadas plantas infetadas devem ser alvo de especial cuidado, designadamente:

- proceder à desinfeção cuidada das tesouras de poda e restante equipamento agrícola (ex: rodado dos tratores e alfaías agrícolas);
- todos os detritos vegetais, incluindo ramos e folhas resultantes das podas, devem ser destruídos, se viável, no próprio pomar;
- não deve ser levado qualquer material vegetal para fora do pomar para além dos frutos previamente limpos de folhas e ramos.

8.2 MATERIAL DE PROPAGAÇÃO

Se for detetado um foco de infeção num local de produção³ (viveiro, campo de pés-mãe ou pomar produtor de pólen) ou num fornecedor, todas as plantas de kiwi daquele lote deverão ser destruídas no próprio local e os restantes lotes existentes nesse local deverão ser sujeitos a testes laboratoriais.

Nenhum material de propagação de kiwi pode ser movimentado desse local até, na sequência de inspeções oficiais, amostragens e testes, pelo menos duas vezes por ano, a primeira entre o final do inverno e a primavera (fevereiro a maio) e a segunda de junho a outubro, não ser detetada a presença da bactéria **durante pelo menos um ciclo vegetativo completo**, nem no local de produção, nem na respetiva zona circundante (com um raio mínimo de 500 m).

³ Conforme definido na Norma Internacional para Medidas Fitossanitárias nº 10 da FAO

Se for detetado um foco de infeção a uma distância inferior a 4 km de um local de produção e da respetiva zona circundante (de 500 m de raio mínimo), nenhum material de propagação de kiwi pode ser movimentado desse local a não ser que tenham sido tomadas medidas de erradicação correspondentes à destruição imediata dos vegetais infetados e de todos os vegetais adjacentes num raio de 5 m.

Todo o material de propagação de kiwi, existente noutros locais de atividade do mesmo viveirista ou fornecedor, não poderá ser movimentado, sem uma prévia autorização da DRAP respetiva, que deverá averiguar os riscos de contaminação dos materiais aí existentes.

Os viveiristas e os fornecedores de materiais de propagação devem fornecer aos serviços oficiais, sempre que solicitado, informação detalhada e escrita sobre a receção e/ou expedição de remessas, presentes ou futuras do material de propagação produzido e/ou comercializado.

8.3 LOCAIS DE RECEPÇÃO DE FRUTA

Considera-se ser um risco acrescido para a dispersão da bactéria o movimento de fruta com folhas e ramos produzida em áreas não reconhecidas como livres de PSA. Assim, a fruta deve sair dos pomares localizados nestas áreas totalmente limpa de ramos e folhas. As caixas e paloxes fornecidas aos produtores devem estar limpas e desinfetadas. Os locais de recepção de fruta têm a responsabilidade de exigir o cumprimento desta medida.

9. NOTIFICAÇÕES

Compete às DRAP proceder à notificação dos produtores, viveiristas e fornecedores de plantas, informando das medidas fitossanitárias que devem ser aplicadas.

Da notificação oficial deve constar a identificação inequívoca do foco, as medidas fitossanitárias que devem ser obrigatoriamente aplicadas, assim como os possíveis montantes das coimas e as sanções acessórias que podem incorrer por não cumprimento dessas medidas, previstas no Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro. O modelo de notificação consta do **Anexo III** deste documento.

10. DESTRUIÇÃO DO MATERIAL VEGETAL

O material vegetal proveniente do arranque de plantas ou das podas sanitárias deve ser destruído no local, seja através do seu enterramento em vala profunda (pelo menos com 50 cm de profundidade) ou a pela sua queima. No caso de não ser possível proceder de imediato à destruição dos vegetais, os mesmos poderão ser amontoados, pulverizados com hipoclorito de sódio a 12% ou peróxido de hidrogénio a 130 volumes e cobertos com plástico até à sua destruição.

Quando realizada a queima devem ser cumpridos todos os dispositivos de segurança e regulamentares previstos no Decreto-Lei n.º 124/2006, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 17/2009.

Tendo em conta o previsto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, relativo à queima de sobrantes e realização de fogueiras, a queima de sobrantes das explorações agrícolas é, regra geral, proibida durante o período crítico e, fora deste, nos dias em que o risco de incêndio é considerado muito elevado ou máximo. Não obstante esta proibição geral de realização de queimas, o n.º 4 do artigo 28.º prevê a sua possibilidade quando decorre de exigências fitossanitárias de cumprimento obrigatório.

Para conhecimento do risco de incêndio diário podem ser consultadas as seguintes entidades: as câmaras municipais, os gabinetes técnicos florestais dos municípios, os serviços municipais de proteção civil, os serviços da Autoridade Florestal Nacional, o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, os corpos de bombeiros ou os serviços do SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR.

As queimas realizadas, por motivos fitossanitários, nos espaços rurais durante o período crítico, e fora deste período, mas sempre que o risco de incêndio florestal é muito elevado ou máximo, devem ser realizadas na presença de uma unidade de um corpo de bombeiros ou de uma equipa de sapadores florestais. Neste sentido, devem os proprietários dos vegetais infetados contactar previamente o dispositivo da GNR, para agendamento da realização da queima e para obter informação sobre as condições para sua a realização.

Para melhor articulação entre as várias entidades envolvidas na implementação do Decreto-lei n.º 124/2006, designadamente a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANCP) e a Autoridade Florestal Nacional (AFN), a DGAV comunicará ao SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR todas as notificações oficiais enviadas pelas DRAP aos proprietários dos vegetais infetados. O SEPNA fará os contactos necessários com as restantes entidades.

A DGAV mantém informada a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANCP) sobre as regiões afetadas e nas quais se presume a necessidade de realização de queimas.

No **Anexo IV** define-se o procedimento a seguir para a realização de queimas.

11. AÇÕES DE FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Durante o corrente ano de 2013 serão realizadas, pelas várias entidades envolvidas na execução do plano, diversas ações de formação, divulgação e sensibilização relativamente a boas práticas para o controlo e erradicação da doença.

Ações de formação:

- Implementação do Plano de Ação Nacional para o Controlo da PSA do kiwi
- Entidade responsável: DGAV
- Participantes: inspetores fitossanitários das DRAP e técnicos das entidades envolvidas na execução do plano

- Data prevista: Maio

Ações de divulgação:

- Sessões de esclarecimento para viveiristas e kiwicultores
- Manual de Boas Práticas para o Controlo da PSA do Kiwi.
- Atualização continuada da informação sobre a doença na página da internet da DGAV.

A NEXOS

ANEXO I- FICHA DE PROSPEÇÃO DE PSA DO KIWI

Nº ____/____/____

INFORMAÇÃO BASE	
1. Organismo prospetado:	PSA
2. Direção Regional:	
3. Concelho:	<div>Área reconhecida como livre de PSA:</div> <div>Sim <input type="checkbox"/></div> <div>Não <input type="checkbox"/></div>
3. Distrito:	
4. Freguesia:	
5. Propriedade / Local:	
6. Indicações Úteis p/ Localização:	
7. Proprietário:	
8. Nº de registo de op. Económico:	
9. Hospedeiro / Meio observado:	
10. Caracterização do ponto de prospeção:	<div>Local de produção de material de propagação</div> <div>Viveiro <input type="checkbox"/></div> <div>Pés-mãe <input type="checkbox"/></div> <div>Pomar produtor de pólen <input type="checkbox"/></div>
	<div>Pomar <input type="checkbox"/></div> <div>Plantas Isoladas <input type="checkbox"/></div> <div>Área circundante a local prod. material propag.</div> <div>Sim <input type="checkbox"/></div> <div>Não <input type="checkbox"/></div>
11. Área / Nº de plantas:	
PROSPEÇÃO	
12. Observação Visual	Data:
12.1 Presença de sintomatologia suspeita:	<div>Sim <input type="checkbox"/></div> <div>Não <input type="checkbox"/></div>
13. Colheita de amostras	<div>Sim <input type="checkbox"/></div> <div>Não <input type="checkbox"/></div>
13.1 Método de colheita	
13.2 Nº de amostras	
13.3 Referência e Natureza das amostras:	
13.4 Tratamentos Fitossanitários	
Técnico:	
Resultado Laboratorial:	
Data:	
Observações:	

ANEXO II- CONTATOS DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO FITOSSANITÁRIOS REGIONAIS

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN)

Divisão de Apoio ao Setor Agroalimentar

Quinta de S. Gens – Estrada Exterior à Circunvalação, 11846

4460-281 Senhora da Hora

Telf. 229574054 - Fax 229574029

E-mail – dpcf.shora@drapn.min-agricultura.pt

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC)

Divisão de Apoio à Agricultura e Pescas

Estação Agrária de Viseu, Quinta do Fontelo, 3504-504 Viseu

Telf. 232467220 - Fax 232422297

E-mail – daap@drapc.min-agricultura.pt

Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT)

Divisão de Fitossanidade e de Certificação

Quinta das Oliveiras, 2001-906 Santarém

Telf. 243377500 - Fax 243377543

E-mail – prospeccao@draplvt.min-agricultura.pt

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPAL)

Divisão de Sanidade Vegetal e Segurança Alimentar

Quinta da Malagueira, Apartado 83, 7002-553 Évora

Telf. 266757886 - Fax 266757897

E-mail - ds.agricultura@drapal.min-agricultura.pt

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (DRAPALG)

Divisão de Sanidade

Patação, Apartado 282, 8001-904 Faro

Telf. 289870700/770 - Fax 289870790

E-mail - dsap.dsv@drapalg.min-agricultura.pt

Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DRADR)

Direção de Serviços de Agricultura e Pecuária

Quinta de S. Gonçalo, 9500-343 Ponta Delgada

Telf 296204350 – Fax 296653026

E-mail – info.dsap@azores.gov.pt

Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DRADR)

Direção de Serviços de Qualidade e Segurança Alimentar

Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, nº 23-2º, 9004-054 Funchal

Telf 291201790 – Fax 291233156

E-mail – dsqsa.dradr.sra@gov-madeira.pt

ANEXO III - MODELO DE NOTIFICAÇÃO

«Exm.º. Senhor

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

Data

ASSUNTO: **Notificação PSA do Kiwi** – (identificação do pomar, freguesia, concelho)

Na sequência da colheita de uma amostra de material vegetal, proveniente da parcela _____ freguesia de _____, concelho de _____, enviada ao laboratório para pesquisa da bactéria *Pseudomonas syringae* pv. *actinidiae* (PSA), foi obtido um resultado positivo.

Assim sendo, e uma vez que se trata de um organismo considerado muito nocivo para as plantas de *Actinidea*, é aplicável a Decisão de Execução da Comissão nº 2012/756/UE, de 5 de dezembro de 2012 e o Decreto-Lei nº 154/2005, de 6 de setembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 243/2009 de 17 de setembro, que estabelecem medidas de proteção fitossanitárias contra a sua introdução e dispersão, pelo que fica V. Ex.ª notificado para proceder à aplicação das seguintes medidas:

- Ao arranque das plantas que revelarem sintomas no tronco, ou proceder ao atarraque do tronco até 1 metro abaixo do ponto de infeção desde que não sejam visíveis sintomas de infeção nos feixes.
- Nas plantas que não tiverem sintomas no tronco, ao corte de todos os ramos que mostrem sintomas, pelo menos 70 cm abaixo do ponto de infeção e desde que não sejam visíveis sintomas de infeção nos feixes.
- Nas plantas com sintomas apenas nas folhas, à poda cuidada após colheita.
- À desinfecção de todo o pomar utilizando um produto cúprico autorizado.
- À destruição de todos os detritos vegetais no próprio local pela sua queima ou enterrando-os em vala profunda (com mais de 50 cm de profundidade).

- Ao envio do registo da origem das plantas adquiridas para a instalação do pomar bem como o histórico de saídas de material de vegetal para fora do pomar (fruta e madeira de poda).

Alertamos para o facto de as queimas realizadas, por motivos fitossanitários, nos espaços rurais durante o período crítico, e fora deste período, mas sempre que o risco de incêndio florestal é muito elevado ou máximo, devem ser realizadas na presença de uma unidade de um corpo de bombeiros ou de uma equipa de sapadores florestais. Neste sentido deve contactar previamente o dispositivo da GNR, para agendamento da realização da queima e para obter informação sobre as condições para sua realização.

No caso de não ser possível proceder de imediato à destruição dos vegetais, os mesmos devem ser amontoados no próprio pomar, pulverizados com hipoclorito de sódio a 12% ou peróxido de hidrogénio a 130 volumes e cobertos com plástico até à sua destruição.

A fim de cumprir esta condição de carácter obrigatório, de acordo com o estipulado pelo art. 26º do Dec-Lei nº 154/2005 de 6 de Setembro, republicado pelo Dec-Lei nº 243/2009 de 17 de Setembro, que regulamenta o regime contra-ordenacional aplicável ao não cumprimento destas medidas, deverá V. Ex.ª contactar a Divisão de _____ da DRAP_____, com vista à confirmação das medidas de proteção preconizadas, e elaboração do inerente “Auto de destruição”.

Qualquer esclarecimento e/ou informação adicional poderá ser efetuado para a Divisão de _____ através do endereço de e-mail _____ ou do contacto indicado no cabeçalho deste ofício.

Com os melhores cumprimentos.

O Diretor Regional,

....»

ANEXO IV- QUEIMAS – PROCEDIMENTOS

As queimas realizadas, por motivos fitossanitários, nos espaços rurais durante o período crítico, e fora deste período, mas sempre que o risco de incêndio florestal é muito elevado ou máximo, devem ser realizadas na presença de uma unidade de um corpo de bombeiros ou de uma equipa de sapadores florestais e previamente comunicadas às autoridades competentes.

Procedimentos a seguir pelas entidades oficiais:

1. As DRAP enviam à DGAV cópia digitalizada das notificações enviadas.
2. A DGAV comunica ao SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR todas as notificações oficiais enviadas pelas DRAP aos proprietários dos vegetais infetados.
3. O SEPNA fará os contatos necessários com as restantes entidades.
4. A DGAV mantém informada a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) sobre as regiões afetadas e nas quais se presume a necessidade de realização de queimas.
5. O SEPNA enviará à DGAV informação relativa às queimas realizadas mensalmente e a informação relativa aos dias em que o risco de incêndio floresta é elevado ou máximo para ser veiculada através do Serviço Nacional de Avisos Agrícolas.

Procedimentos a seguir pelos proprietários dos vegetais infetados:

1. Para saber o nível de risco de incêndio diário podem ser consultadas as câmaras municipais, os Gabinetes técnicos florestais dos municípios, os serviços municipais de proteção civil, os serviços florestais da Autoridade Florestal Nacional, o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, os corpos de bombeiros ou os serviços do SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR.
2. Contatar de imediato os serviços da DRAP da área em caso de intenção de arranque e destruição de vegetais infetados, se não tiver sido recebida a respetiva notificação.
3. Na posse da notificação referida no ponto anterior contatar o dispositivo da GNR para agendamento da realização da queima e obter informação sobre as condições para sua realização.